

II SEMINÁRIO DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

O DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE DE SENADOR POMPEU

ANA LUISA MACIEL OLIVEIRA

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: Analuisajj8@gmail.com

ANTÔNIO VINÍCIUS PARENTE VERAS

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: vinicius10veras@gmail.com

VICTOR EMANUEL SOUSA SANTIAGO

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: vs3968953@gmail.com

PEDRO VICTOR Vieira NOGUEIRA

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: pv9085327@gmail.com

HENRIQUE MAX ALVES DE OLIVEIRA

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: Maxhenrique998@gmail.com

PEDRO RAFAEL MALVEIRA DEOCLECIANO

Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: pedrorafael@unicatolicaquixada.edu.br

FRANCISCO JOSÉ MENDES VASCONCELOS

Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: prof.vasco@unicatolicaquixada.edu.br

RESUMO

O tema direito da pessoa com deficiência tende a ser mais abordado nos dias de hoje, para a inclusão dessas pessoas na atual sociedade e com o intuito de gerar um bom ambiente para elas. No Brasil, atualmente 24% da população se reconhece como pessoa com deficiência, segundo o IBGE. É, portanto, grande parcela do país que luta cada vez mais pela positivação dos seus direitos e a desmistificação acerca de sua condição. Nas últimas duas décadas com a pressão dada pela comunidade, os direitos para as pessoas com deficiência cresceram de forma exponencial, visando esses avanços abordamos o estudo da lei referente as pessoas com deficiência a nível municipal. O trabalho foi de extrema relevância, pois realizamos buscas e discussões acerca dos direitos da pessoa com deficiência, como também vimos a realidade que o permeia o tema que é, na maioria das vezes, a falta de inclusão e marginalização desse grupo na sociedade. Logo, todos nós fomos mobilizados por uma causa e criamos valores e esperamos que as pessoas as quais capitem nosso trabalho criem tais valores também e promovam mudanças a essa parcela tão esquecida e negligenciada da sociedade. Nossa metodologia se inicia primeiramente através de aulas disponibilizadas no AVA, nas quais aprendemos um pouco mais acerca da produção de ofícios com o professor Vasconcelos, exposição de motivos com o professor Saulo e noções básicas acerca dos direitos humanos e do Estatuto da pessoa com deficiência apresentada pelo professor Pedro. Após isso, fomos realizar atividades de campo que iniciaram na investigação de locais propícios ou não aos PCDS no município e posteriormente, a elaboração de um ofício para requerer as leis que contemplam as pessoas com deficiência. Os resultados obtidos foram escassos. A câmara municipal disponibilizou apenas uma lei que existe em instância municipal, a lei 1.335/2013 que funda o a Associação das pessoas com deficiência em Senador. Ademais, não há a criação recente de normas pelo poder legislativo da cidade. Às outras leis existentes e obrigatórias são de âmbito Estadual e Federal, não há mais leis voltadas a essa parte do corpo social. A conclusão que chegamos é que a pesquisa realizada e as ideias trocadas mostraram a importância da ampliação da discussão sobre as políticas de promoção da pessoa com deficiência e a necessidade de iniciativas legislativas e sociais para a

II SEMINÁRIO DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

formulação de leis que contribuam para a plena participação de todos na sociedade. Isso ajudará a positivar os direitos dessa parcela da população.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Poder Legislativo. Legislação Municipal.